

Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS

REQUERIMENTO No DE 2008
(Do Sr. Ricardo Tripoli)

Reunião de audiência pública da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para a discussão do Projeto de Lei número 6424/05, sob a perspectiva dos serviços ambientais prestados pelas reservas florestais, em especial aquelas situadas na Amazônia Legal.

Senhor Presidente,

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei 6424/05, que altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal, para permitir a reposição florestal e a recomposição da reserva legal mediante o plantio de palmáceas em áreas alteradas.

O Código Florestal, em seu art. Primeiro, inciso III, estabelece que a reserva legal é “uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural (...) necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas”.

A matéria ora em tramitação, que altera os dispositivos legais referentes à reserva legal, se reveste de polêmica, posto que, além de permitir a consolidação de áreas florestais devastadas, com sua compensação fora da bacia de origem, pode levar à diminuição das áreas verdes, com a incorporação das APPs no cálculo da área da reserva, e sinaliza para uma provável anistia aos desmatadores, em uma época em que se clama por uma preservação ainda maior de nossas matas

nativas, em especial a Amazônia brasileira. O debate se torna ainda mais acirrado com a divulgação dos dados de satélite que constataram um recrudescimento do desmate de nosso principal bioma no último semestre do ano passado. Tudo isso se torna ainda mais candente em face de que a principal contribuição de nosso país para o aquecimento global se dá com os desmatamentos e queimadas (70 a 75% da emissão de gases do efeito-estufa).

Necessário, portanto, que se aprofunde o debate sobre o tema, com a realização de audiência pública desta comissão de defesa do meio ambiente, para o que sugerimos sejam convidados o Ministro Antonio Hermann Benjamin e o Professor Ricardo Rodrigues, cujos curriculuns seguem abaixo:

Natural de Catolé do Rocha (PB), **Antônio Herman Benjamin** é bastante lembrado por sua participação na comissão que elaborou o Código de Defesa do Consumidor (CDC). Graduado em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro em 1980, ele concluiu mestrado na University of Illinois College of Law. Além de sua atuação no Ministério Público paulista, é coordenador do CAO das Promotorias de Justiça do Consumidor. Foi diretor-cultural da Associação Paulista do Ministério Público e membro do Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo. Eleito, em 2005, co-presidente da Internacional Network on Environmental Compliance and Enforcement (Inece) - a Rede Mundial de Órgãos e Entidades de Implementação Ambiental, Antônio Herman Benjamin cumpre mandato na instituição até 2010. No Brasil, é membro do Conselho Diretor da Comissão Fulbright desde 2001 e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Os cargos demonstram sua forte atuação em relação às questões sobre Direito Ambiental. Antônio Herman Benjamin também é, há 12 anos, professor de Direito Ambiental e Comparado e Direito da Biodiversidade na Universidade do Texas e já ministrou aulas na Faculdade de Direito (FMU) de São Paulo.

Ricardo Ribeiro Rodrigues tem graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Campinas (1983), mestrado em Biologia Vegetal pela UNICAMP (1986) e doutorado em Biologia Vegetal pela UNICAMP (1992). Atualmente é orientador na pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas (no programa biologia vegetal) e na Universidade de São Paulo (nos programas: Recursos Florestais e Ecologia Aplicada). É professor titular do Depto de Ciências Biológicas da ESALQ/Universidade de São Paulo. Desde 2004 está como Coordenador do Programa BIOTA da FAPESP, com 75 projetos e mais de 1200 pesquisadores, dos quais 500 seniores. Atua na área de Ecologia, com ênfase em Ecologia de Ecossistemas, atuando principalmente nos seguintes temas: ecologia de florestas naturais, restauração ecológica de áreas

degradadas. É coordenador do Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal (LERF/LCB/ESALQ/USP)-www.lerf.esalq.usp.br, onde estão disponíveis os trabalhos publicados e projetos. Nesse laboratório coordena o Programa de Adequação Ambiental de Propriedades Agrícolas, com 1.350.000ha em processo e 3.500ha de matas ciliares restauradas. É coordenador do projeto temático da FAPESP: 40ha de Parcelas Permanentes, com 75 pesquisadores de instituições nacionais e internacionais, sendo 23 seniores

Sala das Sessões em de março de 2008

DEP.RICARDO TRIPOLI

PSDB-SP